

## ATA DE REUNIÃO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ:

Comitê Gestor Regional para a Implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição e Comitê orçamentário de 1º Grau.

### 2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 26/11/2020 Horário: 17hs

Local: Telepresencial – Cisco Webex

Reunião: 1ª Reunião Ordinária – Biênio 2020-2022

Objetivo: Apresentação e discussão de temas de interesse do Comitê

### 3. PARTICIPANTES:

Membros Titulares:

- a. Desembargadora Sueli Tomé da Ponte
- b. Juiz Carlos Abener de Oliveira Rodrigues Filho;
- c. Juíza Paula Becker Montibeller Job;
- d. Juíza Ana Cristina Magalhães Fontes Guedes;
- e. Servidor Rui Anaquim Pinto;
- f. Servidor Luiz Antonio Loureiro Travain;
- g. Servidora Thaisa Évelin Trevizan Santos;
- h. Servidor Olizeo Lino Tissi;

II. Membros Suplentes:

- a. Desembargadora Ana Cristina Lobo Petinati;
- b. Juiz Régis Franco e Silva de Carvalho;
- c. Servidor Edson Yoshiaki Kawaoku;
- e. Servidor Elton Teixeira Rocha;

III. Participantes:

- a. Juiz Bruno José Perusso, representante da Associação dos Magistrados do Trabalho da 2ª Região (AMATRA-2);



- b. Servidor Tarcísio Ferreira, representante do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD);
- c. Dr. Rogério Moreno, juiz auxiliar da Presidência.

4. PAUTA

Apresentações, discussões prévias sobre assuntos gerais;

5. REUNIÃO

5.1 Abertura

A sessão iniciou-se com a palavra da Exma. Desembargadora Coordenadora, Dra. Sueli Tomé, dando as boas-vindas e congratulações aos novos membros do Comitê;

Os presentes se apresentaram ao grupo;

Dada a palavra ao Exmo. Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Rogério Moreno, que informou a disposição da presidência em atuar junto ao presente Comitê no que for possível, observando-se a competência da presidência, mantendo-se sempre o diálogo com os demais membros da direção da administração do Regional em prol da Administração Pública. Parabenizou os novos membros pela posse e desejou votos de sucesso nos trabalhos.

Exma. Desembargadora Sueli, exaltou a ponderação, a serenidade e tranquilidade no trato das questões que forem apresentadas e parabenizou os membros do Comitê pela posse e ratificou os votos de sucesso nos trabalhos do Comitê.

5.2 Discussões gerais:

Dada a palavra a Exma. Dra. Ana Fontes, esta informou a necessidade de cobrança quanto aos estudos de quadro de servidores para fins do cumprimento da Resolução 219, do CNJ. Ressaltou, também, a problemática relativa à falta de secretários de audiências. Adentrou brevemente ao tema relacionado aos oficiais de justiça, ponderando quanto as dificuldades no funcionamento da sistemática atual. Sugeriu análise comparativa com outros Regionais no que tange a adoção de um sistema híbrido;

O servidor Olizeu informou como é o funcionamento atual e anterior dos oficiais de justiça, ressaltando o desfalque “nas ruas” em razão da movimentação dos oficiais de Justiça às Varas do Trabalho para fazerem pesquisas nos sistemas; Com o GAEP, criou-se gargalos em razão do fato de que cada oficial de justiça ter que realizar uma tarefa específica. Também, que alguns sistemas do GAEP não estão em pleno funcionamento; que há os “mandadões” (mais completos – que tem muitas ferramentas de pesquisa) que estão com atrasos; que nos moldes anteriores, o oficial de justiça recebia o “mandadão” e, também, as atividades de rua; que sugeriu a cobrança de estudo relacionado ao tema; que há dificuldades no cumprimento dos mandados e realização dos trabalhos e que, em

alguns casos, são remetidos cópias à corregedoria, inclusive; Também, ressaltou as dificuldades relacionadas ao trabalho durante a pandemia, seus riscos, inclusive, com relação à violência e a qualidade das máscaras e *face shield*.

Dada a palavra ao Exmo. Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Rogério Moreno, este explicou a situação dos oficiais de justiça, inclusive, com relação ao sistema PJE que sofreu alterações. Que enquanto estavam elaborando a nova versão do PJE, os oficiais de justiça foram para as Varas do Trabalho. Com o novo PJE, os oficiais de justiça foram destacados para a Central de Mandados, pois assim era o sistema PJE; informou que não é permitida a adoção de sistemas satélites ao PJE. Com o GAEP, houve uma estruturação em razão da nova sistemática do PJE. Com isso, oficiais de justiça saíram das Varas do Trabalho. Como advento da pandemia, apareceram algumas dificuldades, pois aumentou-se o número de mandados. Pensou-se a realização de sub-núcleos e, em seguida, a adoção de nova sistemática com o mandado mais completo. Foi desenvolvido um sistema de banco de dados para consulta de diligências. O GAEP é positivo e tem capacidade de atender a demanda. O acúmulo de mandados ocorreu diante da pandemia. Quanto a qualidade do material das máscaras e *face shield*, informou que são iguais as concedidas aos demais servidores e magistrados. Já, quanto ao auxílio compartilhado, informou que essa incumbência é delegada à Corregedoria e que o Ato relacionado ao Auxílio Fixo foi elaborado com apoio do setor de designações com base em estudos técnicos.

Exma Dra Sueli informou que tentará contatar o Corregedor para análise relacionada ao Ato que dispõe sobre o auxílio fixo.

Dr. Rogério, prosseguiu com a palavra explicando a aquisição de câmeras para computadores (teleaudiências) e que, no momento, há a utilização das câmeras dos notebooks. Informou as dificuldades advindas das audiências telepresenciais e semi-presenciais, inclusive, quanto a aquisição e instalação dos acrílicos; que em contato com outros Regionais, obteve informações sobre a aquisição de novas câmeras para computadores, provavelmente, ano que vem, janeiro/fevereiro; Ressaltou também a questão de salas de vídeo conferências mais próxima das partes e advogados.

Dada a palavra à Exma Dra. Paula: Sugeriu a identificação e estabelecimento de ranking de prioridades a serem tratados pelo Comitê, inclusive, com a formação de grupos. Isso, para dar continuidade aos trabalhos, em especial, aos casos mais urgentes.

Dada a palavra ao Exmo Dr. Carlos, este apresentou concordância com a sugestão da Dra. Paula. Em tempo, informou os problemas relacionados a falta de pagamentos aos servidores terceirizados de limpeza de Guarulhos, ressaltando a importância e preocupação quanto a análise do tema.

Exmo. Dr. Rogério informou que estão cientes do problema e que a questão já está sendo tratada no âmbito do CSJT de modo a tentar viabilizar o pagamento diretamente aos trabalhadores terceirizados (limpeza).

Exma Dra. Sueli concordou com a sugestão da Dra. Paula no que tange a criação de grupos de trabalho e identificação das questões mais urgentes e prioritárias, sendo que encaminhará à Corregedoria ou Presidência os casos que forem necessários.

O Servidor representante do Sindicato (SINTRAJUD), Tarcísio, adentrou ao tema relacionado a reabertura e retorno dos trabalhos presenciais em meio a pandemia,

justificando o aumento do número de novos casos de contaminados e a taxa de contágio. Sugeriu a reavaliação do tema; Ressaltou que medidas que causam grandes impactos não são comunicadas ao Comitê, relatando, também, a dificuldade na consecução de acesso a informações. Destacou o papel consultivo do Comitê. Sugeriu que o Comitê tivesse acesso prévio às informações.

Exma Dra. Sueli, ressaltou o objetivo da reunião inicial, e que nas próximas haverá a análise de pauta específica. Relembrando que o retorno dos trabalhos presenciais é analisado por comissão própria.

A servidora Thaisa, reforçou a questão relacionada à dificuldade no acesso às informações, questionando a questão relativa aos FCs dos assistentes de juiz.

Exmo. Dr. Bruno ressaltou a necessária participação da AMATRA quanto a questão do auxílio fixo. Informou sobre o acordo realizado pela AMATRA no CNJ envolvendo a questão dos assistentes de juiz e que em 18 meses seria concedida a FC5.

O servidor Elton ressaltou a questão do retorno dos trabalhos presenciais em meio a pandemia. Sugeriu maior atenção ao tema. Informou a falta de servidores, sobrecarga de trabalhos e que foi informado de que as petições do Projeto Garimpo retornarão às Varas do Trabalho. Ressaltou a necessidade de acesso aos estudos; mencionando os casos de cedidos por prefeituras.

Exmo Dr. Bruno, representante da AMATRA reforçou o posicionamento de, ao menos, ser suspensa a medida que dispõe sobre o auxílio fixo atual.

#### 6. ENCERRAMENTO

Exma Des. Coordenadora do Comitê, Dra. Sueli Tomé, realizou o encerramento como agradecimento a todos os participantes.

A próxima reunião será agendada e comunicada oportunamente.

#### 7. Assinatura/data

São Paulo, 26/11/2020

Sueli Tomé da Ponte  
Desembargadora Coordenadora

